

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

24 a 28 de outubro de 2016

Caxambu-MG

PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS – ST 21

O PARTIDO POLÍTICO ENQUANTO ATOR RACIONAL: BREVE ANÁLISE DO
CASO DO PSOL

DELMAR UÊDES MATOS DA FONSÊCA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI

SUMÁRIO

RESUMO	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. O PARTIDO ENQUANTO ATOR RACIONAL	4
3. ORIGEM DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	7
4. ANÁLISE DAS ELEIÇÕES	9
4.1. Eleições 2006	12
4.2. Eleições 2010	13
4.3. Eleições 2014	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
7. ANEXOS	21

RESUMO

A literatura em ciência política tem demonstrado que nos países que adotam o sistema eleitoral de lista aberta o voto se encontra centrado na pessoa do candidato (Carey e Shugart, 1995; Samuels, 1997; Nicolau, 2002), razão pela qual o candidato tem poucas razões para deixar que o partido determine suas estratégias de campanha (Samuels, 1997).

Contudo, não se pode conceber como absoluto o individualismo demonstrado pela literatura, e uma das maneiras de se verificar empiricamente como o Partido Político, enquanto ator racional, age estrategicamente limitando os seus candidatos, é através da análise dos votos de legenda. Para o presente estudo, foi escolhido o Partido Socialismo e Liberdade, por ser um partido relativamente jovem na arena eleitoral e que tem crescido, conforme se observará a partir da análise da Eleições para Deputado Federal em 2006, 2010 e 2014.

A hipótese é de que há uma variação nas estratégias do Partido, de acordo com o cargo, o local e o candidato e de que, em termos gerais, à medida que o partido cresce, diminui seus votos de legenda, o que indica maior concentração de votos nos candidatos, porém vinculada à atuação partidária no pleito eleitoral.

1. INTRODUÇÃO

Ao dispor acerca da motivação partidária, Anthony Downs (1999) afirma que as decisões tomadas por um partido são resultadas de uma luta interna de poder e não a partir de uma tomada racional, porém em seu modelo, que o autor reputa perfeito, redefine o partido, colocando este como uma equipe de homens em que as decisões são tomadas com absoluta concordância sobre todas as suas metas. Ao observarmos as estratégias eleitorais, a realidade é diversa, principalmente no que diz respeito às disputas intrapartidárias e mais especificamente nas candidaturas, dentro do mesmo partido, para cargos que são eleitos a partir do sistema de lista aberta, no caso brasileiro os cargos de Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal.

A literatura em ciência política tem demonstrado que os países que adotam o sistema eleitoral de lista aberta há um certo individualismo, estando o voto centrado na pessoa do candidato (CAREY e SHUGART, 1995; SAMUELS, 1997; NICOLAU, 2002), afetando, inclusive, a institucionalização do sistema partidário (MAINWARING, 1998), logo há uma maior valorização da reputação do candidato e não do partido, e o sistema eleitoral brasileiro não se difere dessa realidade (PAIVA E TAROUÇO, 2011), razão pela qual há uma ideia mais ou menos estabelecida de que os candidatos tem poucas razões para deixar os partidos determinem suas estratégias de campanha (SAMUELS, 1997).

Contudo, apesar da realidade ser bem distinta ao modelo proposto por Downs, não se pode conceber como absoluto o individualismo demonstrado pela literatura, e uma das maneiras de se verificar empiricamente como o Partido Político, enquanto ator racional, age estrategicamente limitando os seus candidatos, é através da análise dos votos de legenda. Para o presente estudo, foi escolhido o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em razão de ser um partido relativamente jovem na arena eleitoral e que tem crescido, conforme se observará a partir da análise da votação para Deputado Federal das Eleições de 2006, 2010 e 2014.

A hipótese é de que há uma variação nas estratégias do Partido, de acordo com o cargo, o local e o candidato e de que, em termos gerais, à medida que o partido cresce, diminui seus votos de legenda, o que indica maior concentração de votos nos candidatos. Porém, ainda existem distritos em que a estratégia é concentrar votos no partido, ou seja, há um índice acima da média de votos de legenda. Será levado em consideração, ainda, as coligações, bem como a estrutura do partido, através da análise de seu estatuto.

Antes, porém, é importante discorrer sobre como os partidos, em si mesmo, são atores racionais e devem, por vezes, limitar a atuação individual dos seus candidatos. Embora, tudo que os partidos políticos fazem, envolva ação coletiva (ALDRICH, 1995) o que, à primeira vista, pode parecer um problema (ARROW, 1963), é necessário que se tenha em mente que “certas regras são necessárias para conferir previsibilidade às relações sociais” (SCIBERRAS DE CARVALHO, 2008).

2. O PARTIDO ENQUANTO ATOR RACIONAL

O conceito de racionalidade segundo Anthony Downs (1999) vem a partir da teoria econômica, a qual o agente racional toma uma decisão e busca os meios que exijam a menor aplicação de recursos escassos.

Partindo do pressuposto de que as hipóteses da escolha racional são capazes de explicar o funcionamento do mercado, então também são suficientes para explicar o comportamento político, é que Downs formulou tal teoria no campo da política, tendo como ponto de partida o trabalho de economia política formulada por Kenneth Arrow (1963). Fazendo uma analogia, os eleitores são como os consumidores e os partidos como as empresas, cada qual maximizando seus interesses. Segundo Antunes (2008, p. 33), o modelo se assenta em três premissas fundamentais:

Todas as decisões – as dos eleitores e as dos partidos políticos são racionais, i.e., orientadas pelo interesse próprio e executadas de acordo com o princípio da maximização da acção; (2) o sistema político democrático tem implícito um nível de consistência que fundamenta as previsões sobre as consequências das decisões tomadas por eleitores e partidos políticos, i.e., os seus agentes – eleitores partidos e governo – são confiáveis e responsáveis, o que possibilita que se façam previsões sobre as consequências inerentes às diferentes opções; e (3) o sistema democrático pressupõe – apesar da consistência enunciada no ponto anterior – um nível de incerteza suficientemente importante para permitir a diferenciação das opções de escolha.

É possível observar que Downs coloca o partido político como um ator racional que visa maximizar seus interesses, devendo os meios usados se adequarem aos objetivos da ação do grupo, logo os partidos agem no sentido de maximizar os ganhos eleitorais obtidos com suas propostas políticas, ou seja, buscam votos para ganhar eleições.

Embora Downs dê destaque, em seu modelo, aos membros partidários, fica clara a importância dos partidos políticos e como este se comporta como ator racional, ao formular políticas com o fim de ganhar eleições e se reporta às ideologias partidárias que permitem ao eleitor centrar suas análises em apenas algumas decisões do partido, permitindo generalizações a partir dessas amostras para todas as outras propostas do partido em análise.

Dentro desse modelo é possível afirmarmos que na arena eleitoral, todo partido é um ator racional em relação a outro partido, pois, embora os membros partidários tenham como objetivo primordial ser eleito (inclusive concorrendo com membros do seu próprio partido), é necessário, por vezes, que seu partido (ou coligação, como veremos adiante) obtenha mais votos que qualquer outro, tendo o político como limite não tentar se beneficiar à custa de outro membro de seu partido.

Os políticos do nosso modelo, são motivados pelo desejo do poder, prestígio e renda e pelo amor ao conflito, isto é, a “emoção do jogo”, comum a muitas ações que envolvem risco. No entanto, eles não conseguem obter nenhuma dessas *desiderata* exceto a última, a menos que seu partido seja eleito para o cargo. Portanto, não distorcemos os motivos dos membros partidários ao dizer que seu objetivo primeiro é ser eleito. Isso, por sua vez, implica que cada partido procura receber mais votos do que qualquer outro.

Apesar de ser recorrente na literatura de ciência política que as campanhas eleitorais, principalmente nos cargos que concorrem através do sistema de lista aberta, sejam centradas na pessoa do candidato, relegando partido para o segundo plano, Aldrich (1995) destacou a importância dos partidos, ao explicitar em seu modelo, os fatores de formação destas instituições, consistentes em sua capacidade para resolver pelo menos três problemas da política democrática-representativa:

- 1) O problema da escolha social: os partidos resolvem o dilema da decisão política, a realização dos objetivos políticos em posições diferenciadas de políticas públicas, valores e crenças.
- 2) O problema da ação coletiva: os partidos resolvem o desafio de conseguir votos e recursos materiais e humanos, a fim de defender seus candidatos políticos para que estes possam ganhar eleições.
- 3) O problema da ambição política: Os partidos resolvem o desafio de fornecer não apenas uma chance de ganhar as eleições para os políticos, mas para que estes possam permanecer no cargo, a fim de desenvolverem uma carreira longa e produtiva. (Máiz, 2012)¹

¹1) *El problema de la elección social*: los partidos resuelven el dilema de la decisión política, de la consecución de objetivos políticos diferenciados en posiciones respecto a políticas públicas, valores y creencias.

2) *El problema de la acción colectiva*: los partidos resuelven el reto de conseguir votos y recursos materiales y humanos para que los candidatos defienden determinadas políticas ganen las elecciones.

3) *El problema de la ambición política*: los partidos resuelven el desafío de proporcionar a los políticos no solo la oportunidad de ganar las elecciones, sino de mantenerse en el cargo, de desarrollar una carrera larga y productiva

Apesar do grande desafio do presente trabalho ser o de transpor as ideias da escolha racional, a partir do modelo proposto por Downs, para as campanhas eleitorais – já que ele expande essa ideia para o partido político governante, sendo este o que tem mais meios para maximizar a obtenção de votos – acredita-se que as proposições de Aldrich não de facilitar a construção do estudo, pois, conforme acima visto, o autor destaca o papel do partido enquanto instituição.

Como veremos adiante, a partir do exame da origem, do estatuto e dos dados de votação, sob uma perspectiva neoinstitucional, vai se observar o comportamento racional do partido, limitando ou dando mais liberdade aos seus candidatos a Deputado, a depender do distrito, do cargo em disputa e até das coligações, levando-se em consideração o percentual do voto de legenda, como variável para explicar a campanha centrada em um determinado candidato ou no partido.

3. ORIGEM DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Maurice Duverger (1951) em sua clássica obra *Les Partis Politiques*, estabeleceu que a origem do partido influencia sua estrutura definitiva, porém Angelo Panebianco (1984), embora concorde que “os caracteres organizativos de um partido dependem dentre outros fatores, de como a organização nasceu e consolidou”, afirma que a premissa de Duverger é satisfatória apenas em parte.

Panebianco defende em seu tratado sobre partidos que pressões e mudanças ambientais incidem sobre a organização partidária, impondo a esta uma adaptação ao ambiente externos. Tal fato ocorreu com o Partido dos Trabalhadores no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores foi um partido criado a partir da confluência de diversos atores sociais, ou seja, de baixo para cima, sendo um partido preocupado, no início de suas atividades, em “construir um desenho institucional democrático que privilegiasse a participação das bases no seu processo decisório” (AMARAL, 2013, p. 23), tendo caminhado para adquirir características de um partido profissional-eleitoral.

As sucessivas derrotas nas eleições presidenciais na década de 90, fez com que o Partido dos Trabalhadores reformulasse seu Estatuto, com o fim de flexibilizar as filiações e em 2001 instituiu as eleições diretas no âmbito do partido com o fito de favorecer uma facção partidária, qual seja o Campo Majoritário que manteve todos os cargos estratégicos de partido e venceram as eleições partidárias nos anos de 2001, 2005, 2007 e 2009.

Após vitória do candidato Lula nas eleições gerais de 2002 e a consequente chegada na Presidência em 2003 “empurrou o partido a comportamentos ainda mais pragmáticos e aliancistas” (RIBEIRO, 2013, p. 258), ou seja, dentro do espectro ideológico o PT estava partindo rumo ao centro.

Durante o primeiro ano de mandato do Presidente Lula, uma senadora e três deputados, sendo eles Heloísa Helena, Luciana Genro, João “Babá” Batista Araújo e João Fontes, respectivamente, foram levados à julgamento na Comissão de Ética do PT por votarem no Congresso Nacional contra medidas apoiadas pelo governo.

A partir daí os parlamentares se uniram a outros intelectuais de esquerda e iniciaram o movimento de fundação do Partido Socialismo e Liberdade, sob a alegação de que o Partido dos Trabalhadores havia abandonado a bandeira socialista e o Partido surgia como alternativa política à esquerda que pudesse abrigar os lutadores do socialismo, culminando com a obtenção do registro definitivo do partido em 15 de setembro de 2005.

Ainda no ano de 2005, conforme citado acima, o Campo Majoritário venceu as eleições no âmbito do Partido dos Trabalhadores, gerando a insatisfação de alguns petistas históricos que migraram para o recém-formado Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, entre outros, os então deputados federais Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ), Maninha (DF), João Alfredo (CE), os deputados estaduais Afrânio Boppré (SC), Randolfe Rodrigues (AP), Carlos Gianazzi (SP) e Brice Bragato (ES).

O Partido disputou pela primeira vez as eleições gerais no ano de 2006, lançando de plano a Senadora Heloísa para concorrer ao cargo de Presidente da República, a qual obteve 6,85% dos votos válidos, ficando em terceiro lugar na disputa, lançou ainda candidatos a Governos Estaduais em 23 estados e no Distrito Federal e a Senador em 16 estados e no Distrito Federal,

além de diversos candidatos à Deputado Estadual, Distrital e Federal. Desde então, o partido vem aumentando sua votação, além de candidatos eleitos para as Assembléias Legislativas e para a Câmara dos Deputados.

Adiante, a partir da análise dos dados de votação obtida pelo PSOL nos anos de 2006, 2010, 2014 ao cargo de Deputado Federal, tentaremos demonstrar as estratégias do partido enquanto ator racional, a fim de maximizar os votos no próprio partido e/ou votos em seus candidatos, a partir dos números referentes aos votos de legenda.

4. ANÁLISE DAS ELEIÇÕES

O Brasil na disputa para os cargos de Vereador e Deputado Estadual, Distrital e Federal adota o sistema proporcional de lista aberta que consiste na possibilidade o eleitor votar no partido ou em um candidato que compõe a lista de um partido, sendo que as cadeiras obtidas pelos partidos são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista.

É recorrente na literatura de ciência política que o sistema proporcional de lista aberta provoca um individualismo, com fortes disputas intrapartidárias, haja vista que os candidatos disputam entre si as cadeiras obtidas pelo partido ou coligação, sendo considerado eleito o candidato que recebeu mais votos em seu nome.

Segundo Samuels (1997), em situações em que há muitos candidatos por partido e por distrito eles não podem depender apenas do voto na legenda do partido para serem eleitos, justificando, assim, o individualismo como estratégia eleitoral, a fim de que cada candidato possa obter mais votos do que seu colega de partido. Logo, pela lógica da racionalidade, o comportamento racional, na disputa pelas cadeiras do partido, é dirigido principalmente para fins egoístas, ou seja, se apoiam no axioma do interesse pessoal (DOWNS, 1999).

Porém, esse cálculo não leva em consideração as instituições. Embora os membros do partido sejam considerados atores racionais dentro da disputa eleitoral, suas decisões e estratégias, por vezes são limitadas por regras institucionais que dão aos partidos a possibilidade de formularem suas

estratégias na arena eleitoral, sendo assim atores racionais, em si mesmo, na disputa com outros partidos.

Os partidos podem dar mais liberdade aos seus candidatos ou limitar a atuação destes com vias a obter mais votos e assim mais cadeiras, o exemplo mais claro dessa estratégia que pode ser aqui citado são os candidatos “puxadores de voto”. Partidos optam, durante o período eleitoral, por focar apenas no candidato puxador de voto, priorizando para este os recursos da campanha o que pode facilitar que outro candidato do partido “pegue carona” (*free ride*).

Contudo, as estratégias podem variar de acordo com o distrito e o cargo de disputa, além das disposições estatutárias dos partidos, ou seja, dependendo da situação o partido pode desenvolver mecanismos para desenvolver a reputação partidária em um dado distrito e em outro centrar a campanha em um determinado candidato.

O caso do PSOL nos parece interessante, em razão dele ser um partido que, embora relativamente novo, foi formado por políticos de carreira que, inclusive, já exerciam mandato por algum distrito – e como veremos adiante nesses distritos a campanha foi centrada no candidato – além de guardar características de um partido de orientação programática (*policy-seeking party*): responsabilização política da liderança, democracia intrapartidária, estruturas de recrutamento impermeáveis e um formato organizacional fortemente baseado na militância (SAMUELS, 1997).

Ademais, dentro do espectro ideológico, o PSOL é um partido de esquerda e segundo Maiwaring (1992) a votação de legenda tem alta correlação com a ideologia de esquerda, situação que demonstra campanhas centradas no partido e não no candidato, ou seja, o partido limita a atuação racional do candidato, no que concerne às disputas intrapartidárias ao tempo que age racionalmente na arena eleitoral em relação aos outros partidos. Contudo, tal afirmação não é dotada de uma verdade absoluta, conforme podemos ver abaixo:

Tabela 1. Percentual de Votos de Legendas por Partido

	Deputado		Deputado
--	----------	--	----------

Partido	Federal				Estadual		
	2006	2010	2014		2006	2010	2014
PC do B	5,81%	7,29%	5,93%		14,58%	6,97%	4,50%
PCB	52,44%	60,15%	44,38%		41,28%	73,01%	47,67%
PCO	43,58%	78,60%	36,26%		48,95%	90,29%	61,00%
PDT	16,35%	7,42%	9,43%		12,08%	12,19%	12,50%
PEN			4,99%				5,25%
PFL/DEM	5,64%	5,05%	5,32%		11,11%	7,55%	7,01%
PHS	14,50%	5,79%	4,15%		6,32%	8,91%	7,00%
PMDB	5,47%	6,65%	6,85%		9,35%	7,68%	7,48%
PMN	10,41%	5,43%	7,46%		4,37%	7,33%	7,63%
PP	5,65%	4,75%	4,21%		9,61%	16,55%	11,61%
PPL			26,65%				9,80%
PPS	5,48%	6,32%	4,08%		7,42%	6,57%	6,98%
PR		3,55%	3,31%			10,36%	8,61%
PRB	19,04%	5,70%	2,86%		21,45%	9,51%	10,09%
PROS			4,92%				4,93%
PRP	26,55%	24,40%	9,62%		10,55%	14,81%	11,09%
PRTB	17,17%	8,40%	5,11%		7,78%	5,38%	6,35%
PSB	3,78%	4,33%	11,06%		8,01%	6,62%	12,43%
PSC	5,05%	2,97%	3,96%		6,61%	5,46%	5,38%
PSD			5,53%				5,81%
PSDB	13,82%	17,24%	17,41%		16,93%	14,37%	16,15%
PSDC	8,42%	7,33%	3,66%		5,05%	5,35%	4,86%
PSL	17,42%	8,38%	5,02%		6,30%	4,38%	5,04%
PSOL	27,55%	15,23%	14,84%		38,38%	19,67%	15,85%
PSTU	30,76%	46,87%	19,70%		40,71%	61,24%	31,20%
PT	15,85%	14,06%	12,91%		20,82%	17,04%	17,51%
PT do B	8,87%	5,71%	2,58%		3,57%	4,39%	4,68%
PTB	5,39%	5,54%	5,38%		8,75%	7,46%	7,68%
PTC	5,55%	5,08%	7,56%		8,88%	5,85%	4,88%
PTN	15,35%	15,79%	5,58%		5,68%	4,70%	5,54%
PV	16,70%	22,21%	9,75%		17,73%	21,21%	8,69%
SD			2,53%				5,72%
Total Geral	9,68%	9,17%	8,37%		12,69%	11,48%	10,28%

Fonte: TSE

Analisando os dados, a ideia de que partidos de esquerda tendem a privilegiar o voto de legenda não se estendem a todas as siglas. Observa-se que, de fato, os partidos com maiores índices de votação de legenda são partidos de esquerda, mas nem todos os partidos de esquerda tem altos índices de votação de legenda, como é o caso do PCdoB e do PT que, inclusive, em certas ocasiões tem índices abaixo daqueles do PSDB.

No próximo tópico iremos detalhar os dados de votação do PSOL, analisando isoladamente os distritos, se for o caso, com o fim de confirmar as hipóteses de que: à medida que o partido cresce na arena eleitoral diminui os seus índices de votação de legenda e que tal tipo de votação pode nos orientar acerca da estratégia adotada pelo partido, a fim de obter votos e aumentar a reputação partidária.

4.1. Eleições 2006

As eleições gerais de 2006 foi a primeira disputada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL lançando a Senadora Heloísa Helena para concorrer ao cargo de Presidente da República, a qual obteve 6,85% dos votos válidos, ficando em terceiro lugar na disputa, lançou ainda candidatos a Governos Estaduais em 23 estados e no Distrito Federal e a Senador em 16 estados e no Distrito Federal, além de diversos candidatos à Deputado Estadual, Distrital e Federal.

O partido conseguiu eleger um Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, um pelo Rio Grande do Sul e outro por São Paulo. Importante destacar que todos os eleitos pelo partido na oportunidade já tinham mandato parlamentar.

O partido, a fim de disputar os cargos a Deputado Federal, se coligou em alguns estados apenas ao Partido Comunista Brasileiro – PCB e ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU². Ambos partidos tem alto índice de votação de legenda, conforme visto acima (Tabela 1).

Nos estados onde se coligou o PSOL obteve percentuais de 33,6% de votos de legenda, nas votações para Deputado Federal e nos estados em que participou isoladamente obteve 11,99%. As características dos partidos coligados explicam a diferença no índice de votação de legenda que o partido obteve.

Analisando os dados, se observa que, em regra, nos estados em que algum candidato do partido obteve votação expressiva, ainda que não eleito, o

² Os dados das coligações nas eleições aqui analisadas encontram-se no Anexo I e o partido isolado no Anexo II.

índice de votos de legenda é bem menor do que nos locais em que houve uma votação mais distribuída entre os candidatos.

Nos estados onde teve Deputados Federais eleitos, o PSOL obteve os seguintes números:

Tabela 2. Dados Votação Eleitos a Deputado Federal (2006)

UF	Votos de Legenda	Votos Totais	Percentual de Votos de Legenda	Candidato Eleito	Votos Nominais	Percentual Votos Candidato
RJ	52326	217851	24,02%	Chico Alencar	119069	54,65%
RS	16730	226146	7,4%	Luciana Genro	185071	81,83%
SP	141025	295734	47,69%	Ivan Valente	141025	59,93%

Fonte: TSE

No Estado do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro é possível concluir que as campanhas foram centradas nos candidatos, com relação ao Estado de São Paulo, embora o candidato eleito tenha obtido 59,93% dos votos totais do partido, indica campanha centrada no partido, por isso cabe ressaltar que outra variável que explica os candidatos eleitos é o fato deles já serem político de carreira, já tinham mandato parlamentar e tinham sua reputação formada diante do eleitorado.

O PSOL, em seu Estatuto, veda o recebimento de contribuições e doações financeiras provindas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeiros, devendo os candidatos observarem o regramento no que diz respeito ao recebimento de doações para suas campanhas.

Logo, obedecidas as disposições Estatutárias, os candidatos poderão receber doações e, com exceção do estado de São Paulo, nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, os candidatos eleitos foram aqueles com as maiores receitas. Além do que a soma da receita dos 03 (três) estados equivale a 63% (sessenta e três por cento) da receita de todos os candidatos a Deputado Federal pelo PSOL considerando a soma de todos os estados.^{3 4}

4.2. Eleições 2010

Nas eleições de 2010, o PSOL conseguiu eleger dois Deputados Federais pelo estado do Rio de Janeiro e um por São Paulo. O partido, a fim de disputar os cargos a Deputado Estadual e Federal, se coligou apenas ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, no Estado de Goiás.

No estado onde se coligou, o PSOL obteve percentuais de 75,92% de votos de legenda, nas votações para Deputado Federal nos estados em que participou isoladamente obteve 14,90%. A característica do partido coligado explica a diferença no índice de votação de legenda que o Partido obteve.

Nos estados onde teve Deputados Federais eleitos, o PSOL obteve os seguintes números:

Tabela 3. Dados Votação Eleitos a Deputado Federal (2010)

UF	Votos de Legenda	Votos Totais	Percentual de Votos de Legenda	Candidato Eleito	Votos Nominais	Percentual Votos Candidato
RJ	26024	320244	8,13%	Chico Alencar	240724	75,16%
				Jean Wyllys	13018	4,06%
SP	60644	319147	19%	Ivan Valente	189014	59,22%

Fonte: TSE

As considerações anteriormente expostas servem para explicar os dados das eleições de 2010. Contudo, vale observar que o percentual do voto de legenda diminuiu substancialmente no estado de São Paulo, ou seja, o partido modificou as estratégias de campanha em relação às eleições de 2006.

Com exceção do Deputado Jean Wyllys, que foi eleito por média, os outros dois Deputados Federais eleitos foram os que tiveram maior receita nas eleições de 2010, em seus estados. Além do que a soma da receita dos 02 (dois) estados equivale a 65% (sessenta e cinco por cento) da receita de todos

³ Não foi possível obter dados da prestação de contas eleitoral referentes ao ano de 2010. Os dados não estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral.

⁴ Os dados referentes as receitas dos candidatos a Deputado Federal nos estados analisados se encontram no Anexo III.

os candidatos a Deputado Federal pelo PSOL considerando a soma de todos os estados.

Resguardadas as disposições estatutárias no que se refere a distribuição do Fundo Partidário, no ano de 2010, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro receberam 35% e 14%, respectivamente, do valor do Fundo Partidário destinado aos Diretórios Estaduais, somando quase da metade do valor total da citada receita.

4.3. Eleições 2014

Nas eleições de 2014, o PSOL conseguiu eleger três Deputados Federais pelo estado do Rio de Janeiro, um por São Paulo e outro pelo estado do Pará. O partido, com o intuito de disputar os cargos a Deputado Estadual e Federal, se coligou em alguns Estados ao PCdoB – Partido Comunista do Brasil, PCB – Partido Comunista Brasileiro, ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU e ao Partido dos Trabalhadores – PT.

No estado onde se coligou, o PSOL obteve percentuais de 17,66% de votos de legenda, nas votações para Deputado Federal nos estados em que participou isoladamente obteve 14,84%. A característica do partido coligado explica a diferença no índice de votação de legenda que o Partido obteve, a diferença das eleições anteriores se dá em razão do PCdoB e do PT terem menores índices de votação de legenda.

Nos estados onde teve Deputados Federais eleitos, o PSOL obteve os seguintes números:

Tabela 4. Dados Votação Eleitos a Deputado Federal (2014)

UF	Votos de Legenda	Votos Totais	Percentual de Votos de Legenda	Candidato Eleito	Votos Nominais	Percentual Votos Candidato
PA	3986	222900	1,79%	Edmilson Rodrigues	170604	76,53%
RJ	48258	531415	9,08%	Cabo Daciolo	49831	9,37%
				Chico Alencar	195964	36,87%
				Jean Wyllys	144770	27,24%%
SP	84261	429816	19,6%	Ivan Valente	168928	39,3%

Fonte: TSE

Nas eleições do ano de 2014, os candidatos eleitos a Deputado Federal pelos estados do Pará e de São Paulo pelo PSOL foram os que tiveram maiores receitas em seus estados, o fenômeno não se repete no estado do Rio de Janeiro, o que indica que nesse distrito há um apelo maior à reputação do candidato, o que pode ser observado pela vitória nas eleições do Cabo Daciolo, militar do Corpo de Bombeiros que ganhou destaque ao liderar movimento grevista na corporação, algo semelhante ao que ocorreu com a eleição anterior no que se refere ao Deputado Jean Wyllys, ambos candidatos tinham muito apelo popular.

A soma da receita dos 03 (três) estados equivale a 68% (sessenta e oito por cento) da receita de todos os candidatos a Deputado Federal pelo PSOL considerando a soma de todos os estados.

Resguardadas as disposições estatutárias no que se refere a distribuição do Fundo Partidário, no ano de 2014, os estados do Pará, São Paulo e do Rio de Janeiro receberam 17%, 17% e 8%, respectivamente, do valor do Fundo Partidário destinado aos Diretórios Estaduais. Neste ano o partido investiu, ainda, 12% do valor na Bahia e a mesma quantia no estado do Rio Grande do Sul.

No estado do Rio Grande do Sul, o partido investiu na candidatura a Deputado Estadual de Pedro Luiz Fagundes Ruas, tendo doando diretamente para a campanha o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme dado de prestação de contas eleitoral⁵.

Na Bahia, dois candidatos a Deputado Estadual obtiveram votação expressiva, porém sem conseguirem ser eleitos, Jhonatas Lima Monteiro que obteve 23.291 votos e Hilton Barros Coelho com 21.288 votos equivalendo a 62% (sessenta e dois por cento) dos votos nominais do PSOL. Ademais o partido fez uma doação de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) diretamente para o candidato a Governador no estado, situação que pode explicar a variação nos repasses do Fundo Partidário, ou seja, a possibilidade de vitória culmina com um maior investimento por parte do partido no diretório específico.

⁵ Os dados referentes às doações eleitorais do partido em 2014 se encontram no Anexo IV.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto por Aldrich (2012), o partido resolve os problemas da escolha social, da ação coletiva e da ambição política. Os dados do PSOL acima expostos demonstram como o partido agiu no sentido proposto pela literatura.

O PSOL, conforme já dito, é um partido de orientação programática e tem ampla participação das suas bases e militância, além do que tem em seu Programa e em seu Estatuto regras rígidas de fidelidade partidária, principalmente aquelas vinculadas à sua ideologia e valores.

Segundo Jairo Nicolau (2006, p. 696): “A autonomia para gerir campanha é reconhecida pela legislação em um aspecto fundamental: o financiamento”. Os recursos financeiros do partido, segundo seu estatuto, se resumem a contribuições de seus filiados e simpatizantes, dotações do fundo Partidário e rendas eventuais e receitas de atividades financeiras e partidárias. O estatuto proíbe contribuições e doações financeiras de empresas multinacionais, empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeira.

O que se conclui é que o partido é quem dispõe dos recursos financeiros e humanos para as campanhas de seus candidatos, ou pelo menos a maior parte deles, tal situação limita a ação do membro partidário individualmente, cabendo ao partido traçar as estratégias de disposição de seus recursos aos candidatos.

Os candidatos eleitos devem cumprir no exercício do cargo, uma tarefa partidária, devendo o mandato estar a serviço do Programa do Partido e subordinado às deliberações das instâncias de direção partidária, além do que os filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao partido, correspondente a 20% do total líquido da respectiva remuneração mensal.

Observando essas disposições estatutárias, percebe-se que o partido irá atuar estrategicamente no sentido de priorizar a campanha dos candidatos com chances reais de serem eleitos, ou seja, nesses casos, a campanha será

centrada no candidato, ao passo que em estados onde não haja candidatos de expressão a campanha será centrada no partido.

Um exemplo prático disso é o estado do Rio Grande do Sul, a candidata Luciana Genro disputou o cargo de Deputado Federal nos anos de 2006 e 2010, os percentuais de voto de legenda do partido foram de 7,4% e 4,17%, respectivamente, já no ano de 2014 Luciana Genro concorreu à Presidência da República e o percentual de voto de legenda do PSOL no Rio Grande do Sul foi de 32,48%, ou seja, sem um candidato forte para centrar a campanha o partido optou por fortalecer a sua reputação.

Outro dado interessante é o que segue:

Tabela 5. Evolução da Votação para Deputado Federal do PSOL

	Percentual de Votos obtidos pelo Partido	Percentual de Votos de Legenda do Partido
2006	1,22%	27,55%
2010	1,16%	15,23%
2014	1,79%	14,84%

Fonte: TSE

A cada eleição que o partido disputa diminui o percentual de votos de legenda do Partido, isso se deve em parte pelo crescimento dos candidatos do partido na arena eleitoral que foi o caso do Deputado Federal Jean Wyllys, do Deputado Federal Edmilson Rodrigues que saiu da arena estadual para se candidatar a Deputado Federal e a reeleição dos demais Deputados Federais.

Podemos concluir que a rigidez do Estatuto do PSOL, no que concerne à fidelidade partidária ao programa e regras do partido minimizam os problemas de ação coletiva, logo se aproxima ao modelo proposto por Downs, no sentido de que se comporta com uma equipe em que os membros buscam conciliar as metas partidárias.

O limite proposto por Downs em que um membro não se beneficiará à custa de qualquer outro membro de sua própria equipe partidária, nesse caso é estipulado pelo próprio partido, pois no sistema proporcional de lista aberta o candidato eleito não é eleito apenas pelo seus votos, mas por todos os votos recebido pelo partido, ou seja, o candidato eleito se aproveita dos votos recebidos pelos demais candidatos do partido, como foi o caso do candidato

Chico Alencar em 2006 e o candidato Ivan Valente, por sua vez, no mesmo ano se aproveitou do alto índice de votos de legendas recebidos pelo partido.

Outro fenômeno há ser observado e que se enquadra na manipulação desse limite é o candidato que elege pegando carona (*free rider*) em outro candidato que obteve uma votação nominal bastante expressiva, caso do Deputado Jean Wyllys nas eleições de 2010 que curiosamente aumentou sua votação nominal nas eleições de 2014 e juntamente com a votação nominal do Deputado Chico Alencar foi possível a eleição de um terceiro candidato do partido.

Houve uma variação no que diz respeito aos repasses do Fundo Partidário e prestação de contas eleitoral no ano de 2014. O PSOL nessa disputa, especificamente, distribuiu as dotações do Fundo Partidário para Estados onde tinha candidatos fortes, mas que ainda não detinham mandato parlamentar ou que eram novos no partido, além de doações diretas a candidatos que podem ser verificadas nas prestações de contas eleitorais do partido.

Portanto, os fundamentos do axioma do interesse pessoal podem ser aplicados ao interesse partidário. Dentro da arena eleitoral desde 2006, o PSOL tem agido racionalmente, ou seja, tem agido com o fim de obter melhores resultados com o menor custo possível, já que toda ou maior parte dos recursos de campanha de seus candidatos vem do próprio partido, ainda que para isso tenha que privilegiar alguns filiados em detrimento de outro – a análise do material de campanha deve confirmar a hipótese – e, pelo crescimento do partido, a estratégia tem funcionado.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALDRICH, J. **Por qué los partidos políticos? Uma segunda mirada.** Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid: 2012.

_____. **Why Parties? The origin and transformation of Political Parties in America.** Chicago: University of Chicago, 1995.

AMARAL, O. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, pp. 11-32, 2013.

ANTUNES, R. **Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral: Factores Estruturais, Atitudes e Mudanças no sentido de Voto**. Coimbra. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

ARROWS, K. **Social choice and individual values**. New Haven: Yale University Press, 1963.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 06 jan.2016.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Partido Socialismo e Liberdade. <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-socialismo-e-liberdade>> Acesso em 12 jan.2016.

CAREY, J. M. e SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, vol. 14, nº 4, pp. 417-439, 1995.

COX, Gary W. e MCCUBBINS, Matthew D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Berkeley, University of California Press, 1993.

DE CARVALHO, B. S. **A Escolha Racional como teoria Social e Política: Uma Interpretação Crítica**. Topbooks, 2008.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da Democracia**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems Theory in the Third Wave of Democratization: The Importance of Party System Institutionalization**. Kellogg Institute, 1998.

NICOLAU, J. Como controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, pp. 219-236, 2002.

_____. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 4, pp. 689-720, 2006.

OLIVEIRA, I. A teoria da escolha racional e o comportamento eleitoral neopetencostal. **Pensamento Plural**, Pelotas, pp. 101-117, 2012.

PAIVA, D. e TAROUÇO G. da S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, Campina, vol. 17, nº 2, pp. 426-451, 2011.

PANEBIANO, A. **Modelos de partido: organización y poder em los partidos políticos**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

RIBEIRO, P. F. Organização e Poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 10, pp. 225-265, 2013.

SAMUELS, D. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. Dados – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 3, pp., 1997.

WOLINETZ, Steven. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies, em GUNTHER, R. MONTERO, J. R. e LINZ, J. **Political parties: cold concept, new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ANEXO I – DADOS DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL PARTIDO COLIGADO (2006/2010/2014)

2006

	PCB		PSOL			PSTU		Votos Legenda Coligação	Votos Totais Coligação	% de Votos PSOL na Coligação
	Legenda	Totais	Legenda	Totais	% Legenda	Legenda	Totais			
AL			6175	12158	50,79%	283	551	6458	12709	95,66%
AM			810	1673	48,42%	314	972	1124	2645	63,25%
AP	402	760	538	1593	33,77%	142	755	1082	3108	51,25%
BA			8669	19007	45,61%	944	2289	9613	21296	89,25%
CE	1099	2267	6073	89987	6,75%	900	1954	8072	94208	95,52%
DF			5379	53430	10,07%	154	420	5533	53850	99,22%
GO			5032	30186	16,67%	156	361	5188	30547	98,82%
MG			24428	47570	51,35%	3988	12138	28416	59708	79,67%
MS			3423	6310	54,25%	389	1071	3812	7381	85,49%
PB			2824	6782	41,64%	283	2047	3107	8829	76,82%
PI			1484	4630	32,05%	362	1071	1846	5701	81,21%
PR	1650	2458	9460	14120	67,00%	1143	1887	12253	18465	76,47%
RJ	5611	11999	52326	217851	24,02%	3124	22304	61061	252154	86,40%
RN			2291	7042	32,53%	401	2243	2692	9285	75,84%
SC	794	1380	6258	15145	41,32%	944	2884	7996	19409	78,03%
SE			1244	2407	51,68%	323	4079	1567	6486	37,11%
SP	6453	8267	141025	295734	47,69%	7086	17807	154564	321808	91,90%
Total Geral	16009	27131	277439	825625	33,60%	20936	74833	314384	927589	89,01%

2010

	PSOL		% Legenda	PSTU		Votos Legenda Coligação	Votos Totais Coligação	% de Votos PSOL na Coligação
	Legenda	Totais		Legenda	Totais			
GO	4714	6209	75,92%	1028	1941	5742	8150	70,45%

2014

2014	PC do B		PCB		PMN		PSOL			PSTU		PT		Votos Legenda Coligação	Votos Totais Coligação	% Votos PSOL na Coligação
	Legenda	Totais	Legenda	Totais	Legenda	Totais	Legenda	Totais	% Legenda	Legenda	Totais	Legenda	Totais			
AL							2674	6617	40,41%	340	2355			3014	8972	73,75%
AP	256	4759					467	18893	2,47%			2125	14472	2848	38124	49,56%
CE			3148	4520			6249	94047	6,64%	2030	11263			11427	109830	85,63%
MG							17026	44499	38,26%	5010	31231			22036	75730	58,76%
PA							9365	81815	11,45%	1587	5704			10952	87519	93,48%
PE					2475	41641	3938	59416	6,63%					6413	101057	58,79%
PI			664	1374			917	2470	37,13%					1581	3844	64,26%
RO							704	1721	40,91%	237	709			941	2430	70,82%
RR							85	1801	4,72%	51	62			136	1863	96,67%
RS							16648	115669	14,39%	2648	8380			19296	124049	93,24%
SE			871	871			1062	6543	16,23%	1010	4424			2943	11838	55,27%
SP							120100	485147	24,76%	11079	33865			131179	519012	93,48%
Total Geral	256	4759	4683	6765	2475	41641	179235	918638	19,51%	23992	97993	2125	14472	212766	1084268	84,72%

Fonte: TSE

ANEXO II – DADOS DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL PARTIDO ISOLADO (2006/2010/2014)

ANO	UF	Legenda	Totais	%Legenda
2006	AC	602	1898	31,72%
	MA	1803	6301	28,61%
	RO	1296	2618	49,50%
	RR	252	2089	12,06%
	TO	446	4270	10,44%

	PA	7024	42105	16,68%
	ES	3170	17950	17,66%
	MT	1495	3618	41,32%
	PE	5679	14151	40,13%
	RS	16730	226146	7,40%
	Total Geral	38497	321146	11,99%
2010	AL	6821	14816	46,04%
	AM	788	2386	33,03%
	AP	2210	3741	59,08%
	BA	6476	17622	36,75%
	CE	4468	125610	3,56%
	DF	5321	12291	43,29%
	ES	3630	9980	36,37%
	MA	1485	5460	27,20%
	MG	11691	36288	32,22%
	MS	1672	5544	30,16%
	MT	1346	2544	52,91%
	PA	10547	35038	30,10%
	PB	1690	5555	30,42%
	PE	3267	8131	40,18%
	PI	659	2559	25,75%
	PR	6886	13233	52,04%
	RJ	26024	320244	8,13%
	RN	1243	6585	18,88%
	RO	701	2551	27,48%
	RR	70	649	10,79%

	RS	7491	179578	4,17%
	SC	3560	6750	52,74%
	SE	858	1705	50,32%
	SP	60644	319147	19,00%
	Total Geral	169548	1138007	14,90%
2014	AC	202	637	31,71%
	AM	934	5560	16,80%
	BA	11321	53225	21,27%
	DF	4848	19853	24,42%
	ES	2651	10889	24,35%
	GO	2332	5847	39,88%
	MA	1820	7501	24,26%
	MS	1391	5844	23,80%
	MT	1588	88500	1,79%
	PB	1678	60910	2,75%
	PR	13264	27320	48,55%
	RJ	48258	531415	9,08%
	RN	4442	12321	36,05%
	SC	9306	38271	24,32%
	TO	370	1770	20,90%
	Total Geral	104405	869863	12,00%

Fonte: TSE

ANEXO III – RECEITAS TOTAIS POR ESTADO COM CANDIDATOS A DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS (2006/2010/2014)

ANO	UF	RECEITA	%VALOR TOTAL
-----	----	---------	--------------

2006	RJ	R\$ 286.554,55	20,41%
	RS	R\$ 219.519,55	15,63%
	SP	R\$ 389.377,32	27,73%
	PSOL	R\$ 1.404.313,69	63,76%
2010	RJ	R\$ 471.493,52	25,25%
	SP	R\$ 753.481,85	40,35%
	PSOL	R\$ 1.867.206,42	65,60%
2014	PA	R\$ 441.991,04	12,42%
	RJ	R\$ 854.658,12	24,02%
	SP	R\$ 1.119.469,84	31,46%
	PSOL	R\$ 3.558.083,48	67,91%

Fonte: TSE

ANEXO IV – DOAÇÕES ELEITORAIS PSOL EM 2014

Destinatário	Valor da Doação
DIRETORIO ESTADUAL DE SAO PAULO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	R\$ 2.000,00
ELEICAO 2014 AFRANIO TADEU BOPPRE GOVERNADOR	R\$ 18.000,00
ELEICAO 2014 ANTONIO CARLOS DE ANDRADE GOVERNADOR	R\$ 2.000,00
ELEICAO 2014 CARLOS ALBERTO GIANNAZI DEPUTADO ESTADUAL	R\$ 2.000,00
ELEICAO 2014 CARLOS ROBERTO DE SOUZA ROBAINA GOVERNADOR	R\$ 124.990,00
ELEICAO 2014 FERNANDA MELCHIONNA E SILVA DEPUTADO ESTADUAL	R\$ 10.000,00
ELEICAO 2014 GILBERTO MARINGONI DE OLIVEIRA GOVERNADOR	R\$ 31.000,00
ELEICAO 2014 IVAN VALENTE DEPUTADO FEDERAL	R\$ 2.000,00
ELEICAO 2014 LUCIANA KREBS GENRO PRESIDENTE	R\$ 223.786,56
ELEICAO 2014 MARCOS ANTONIO GUIMARAES MENDES GOVERNADOR	R\$ 10.000,00
ELEICAO 2014 PEDRO LUIZ FAGUNDES RUAS DEPUTADO ESTADUAL	R\$ 90.000,00

ELEICAO 2014 TARCISIO MOTTA DE CARVALHO GOVERNADOR	R\$ 2.130,00
ELEICAO 2014 WESLEI GARCIA DE PAULO GOVERNADOR	R\$ 17.000,00
Total Geral	R\$ 534.906,56

Fonte: TSE